

DIÁRIO OFICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO

<http://ap.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/tartarugalzinho/>

CÂMARA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2017.

LRF - art. 48 - Anexo I		R\$	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		30.951	49.131
DEPESA COM PESSOAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		301.637,43	2,39
Limite Máximo (Inclusos LJI e III, art. 20 da LRF)		1.257.216,15	6,00
Limite Prorrogável (I) (Incluso, art. 22 da LRF)		1.194.335,44	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA			
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		25.144.292,96	120,00
GARANTIAS DE VALORES			
Total das Garantias		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		4.609.783,21	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas		3.352.571,06	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antic. da Receita		1.466.749,84	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	
Valor Total		0,00	0,00
		DISPONIBILIDADE DE CASH-AVAILABLE ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	

Manoel dos Santos Ferreira
Presidente da Câmara Municipal de Tartarugalzinho

Manoel de S. F. da Silva
CRC-AP 000399/O-6TC

FONTE: SCP - Contabilidade (8.21.16.2342), CÂMARA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO Página Nº 403 de 2016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRY Signer ou o verificador de sua preferência.

CÂMARA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS DESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2017

1 of 1

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 33, inciso III, alínea "c")

R\$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONGOBIC PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (A soma de Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR ESPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não incluem por inconsistência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a)-(b)-(c)-(d)-(e)-(f)	(h)	(i)	
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (excluído destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Afetação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I) + (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Marcos Santos Ferreira
Márcio dos Santos Ferreira
Presidente da Câmara
Município de Tartarugalzinho
22/03/2018

Marcos Santos Ferreira
Márcio do E. S. F. da Silva
CRC-AP 000399/O-6TC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRY Signer ou o verificador de sua preferência.

CÂMARA MUNICIPAL DE TARTARUGALZINHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Jan/2017 a Dez/2017

DEPESA COM PESSOAL	DEPESA EXECUTADAS	
	2017/2017 a 2017/2017	
	LIQUIDADAS (R\$)	DEBITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS. (R\$)
DEPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	501.637,43	0,00
Personal Ativo	501.637,43	0,00
Personal Inativo e Previdenciário	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Temporização (1º de art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º de art. 19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Rescisão e Demissão Voluntária	0,00	0,00
Despesas com Direito Judicial de períodos anteriores ao do exercício	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao do exercício	0,00	0,00
Indenizações e Restos a Pagar em Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Rescisão Contratual (inciso II, § 4º, art. 13 da CF)	0,00	0,00
DEPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II) = (I) - (II)	501.637,43	0,00

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.933.569,13	
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (VXI) § 166 da CF)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	20.933.569,13	
DEPESA TOTAL COM PESSOAL - (II) (IV) - (II) - (III)	501.637,43	
LIMITE MÁXIMO (VII) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	1.257.214,15	0,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,85 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.779.353,44	3,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 39 da LRF)	1.884.022,32	9,00

Notas:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agrupadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

Manoel F. Silva
Manoel F. Silva
Presidente da Câmara Municipal
Tartarugalzinho - RN
15/03/2018

Manoel de E. S. F. da Silva
Manoel de E. S. F. da Silva
CRC-AP 000399/O-6TC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRY Signer ou o verificador de sua preferência.